

Militar repudia um ministério para a Defesa

O autoritarismo, a concentração de poder e o distanciamento indesejável entre os chefes militares e o presidente da República foram os principais argumentos utilizados pelos representantes do Estado-Maior das Forças Armadas e dos ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica, contra a proposta de unificação, com a criação do Ministério da Defesa, como desejam alguns constituintes.

Ao levarem a posição das Forças Armadas, ontem, na Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, eles denunciaram o caráter político e casuístico da proposta, visando essencialmente ao afastamento das forças Armadas do cenário político do País. "A criação do Ministério da Defesa não significaria a estabilidade das instituições nem o fortalecimento do poder civil, como se pensa. Ao contrário, ela só serviria para isolar os chefes militares, criando um superministro e diminuindo a fidelidade hoje dedicada ao presidente da República", advertiu o representante da Aeronáutica, brigadeiro José Elislande Bayo de Barros.

A preservação, na nova Constituição, do serviço militar obrigatório foi defendida com uma posição unânime das três armas, pelo representante do Exército, general-de-brigada Roberto Pacifico Barbosa. Ele argumentou que o serviço voluntário levaria as Forças Armadas a competir no mercado, o que significaria um aumento de despesas em torno de 900% — de 70 milhões mensais, hoje, para 600 milhões. Outro ponto destacado foi a

profissionalização, fatalmente imposta pelo sistema de voluntariado, o que segundo ele implicaria numa elitização, num fechamento das tropas, maléfico ao País e à democracia.

O general-de-brigada Pereira Gomes, também representante do Exército, defendeu a extensão do direito de votar e ser votado aos cabos e soldados. Na proposta apresentada, todos os militares podem votar e ser votados, desde que tenham mais de cinco anos de caserna. Os candidatos têm direito a licenciar-se.

Questionado pelo deputado José Genoíno (PT-SP) sobre a proibição dos militares filiarem-se a partidos políticos, ele esclareceu que ela diz respeito apenas aos militares da ativa e estes, desde que devidamente licenciados para disputar cargos eletivos, teriam liberdade de filiação partidária.

Intervenção
Todos os expositores foram unânimes em delegar às Forças Armadas o papel de defesa da pátria, garantia da ordem constitucional e proteção da ordem interna. Para o contra-almirante Sérgio Tasso Vasquez de Aquino, representante da Marinha, os ministros militares devem participar do processo político e administrativo do País: "Sabemos que a motivação básica para a criação do Ministério da Defesa é política e se pauta no medo do golpe militar, já que subordina os chefes militares a um civil. Mas com o ministério só se conseguiria, na verdade, o afastamento entre militares e políticos, aumentando a tendência ao uso da força em épocas de crise". (Bilau Pereira).



Prazo para sugestões à Constituição acabou

Terminou ontem o prazo para apresentação de sugestões para o novo texto constitucional, de acordo com o regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Dia 11, o relator de cada uma das 24 subcomissões deverá apresentar relatório com anteprojeto, que será discutido durante cinco dias, depois de publicado e distribuído em avulsos. Neste prazo poderão ser apresentados emendas pelos membros das subcomissões.

Encerra-se no dia 19 a fase de discussão, quando o relator terá cinco dias para emitir seu parecer, a ser votado até o dia 25 de maio — prazo para encaminhamento do anteprojeto à respectiva comissão temática.

Em cada comissão, a matéria terá tramitação, análoga. A apresentação do relatório, com anteprojeto do relator, está prevista para o dia 8 de junho. O encerramento do exame da matéria pela comissão está previsto para o dia 15, quando o anteprojeto deverá ser encaminhado à comissão de sistematização, que deverá compatibilizar o trabalho realizado pelas oito comissões temáticas e elaborar o preâmbulo do projeto a ser apreciado pelo plenário da Constituinte.

Emendas

Por proposta do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a futura Constituição poderá ser emendada não apenas pelo Congresso Nacional, mas pelas Assembleias Legislativas dos Estados ou pela iniciativa de pelo menos cinco por cento dos eleitores.

De acordo com a proposta, se no prazo de 60 dias após a publicação da emenda aprovada, um milhão de eleitores o requererem, ela será submetida a referendo popular, considerando-se aprovada quando obtiver a maioria de votos válidos.

Preferência pela estabilidade

Na eventualidade da Assembléia Nacional Constituinte optar pelo sistema parlamentarista, as Forças Armadas preferem a estabilidade da subordinação direta ao presidente da República à instabilidade dos gabinetes. A manifestação dessa vontade foi feita ontem pelo brigadeiro-do-ar Sidney Obino Azambuja, do EMFA, durante audiência pública na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Assembléia Nacional Constituinte.

Falando em nome do órgão que congrega oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, o militar defendeu o direito de, no parlamentarismo, do presidente continuar escolhendo seus ministros militares e também o

das Relações Exteriores, para que eles, através desta vinculação, não estejam sujeitos a quedas de gabinetes e do primeiro-ministro.

Embora se referindo ao parlamentarismo, o depoimento do brigadeiro Azambuja destinou-se, na verdade, a justificar um posicionamento contrário à criação de um Ministério da Defesa no país, em substituição ao EMFA. Ele e outros oficiais-generais do EMFA (general Osvaldo Gomes, almirante Sérgio Tasso de Aquino e brigadeiro José Elislande) levaram, durante quase duas horas, 852 linhas de depoimentos justificando a posição do EMFA e, separadamente, do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Dante: reforma não ameaça capitalismo

Josemar Gonçalves

O presidente da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, Edison Lobão (PFL/MA) fracassou ontem ao tentar impedir a manifestação de dezenas de trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra que aplaudiam com entusiasmo as intervenções dos constituintes favoráveis a reforma agrária durante pronunciamento do ministro Dante de Oliveira, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

O encontro entre as forças conservadoras que defendem os latifundiários conglomerados na UDR — União Democrática Ruralista e os progressistas que pedem a reforma agrária e justiça para os sem-terra transformou-se em uma amostragem dos inúmeros conflitos que marcam a história do País quando alguém ousa mencionar expressões tais como: desapropriação, distribuição de renda pela reforma agrária ou qualquer outra medida que possa significar ameaça aos grandes proprietários de terra do território nacional.

O relator da Subcomissão, Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE) que conchecidamente é favorável à reforma agrária e luta por este objetivo há mais de trinta anos, fez um apelo a Dante de Oliveira para que fossem revogados dois decretos, que na sua opinião, estão prejudicando a reforma agrária no Brasil: o Decreto 1164/71, que estabelece reserva de terra da União ao longo das rodovias, e do decreto do governo Médici, nº 74.965 que, em seu artigo 5º, dá o direito aos estrangeiros de possuírem até 1/4 da superfície dos municípios.

Dificuldade

Oswaldo Lima Filho, que fatalmente terá dificuldades para a aprovação do seu relatório em função da violenta reação de parte do plenário sobre as suas interferências durante a exposição, lembrou que hoje apenas 172 proprietários detêm 36 milhões de hectares. "E depois vêm dizer que não existe latifúndio no Brasil e que também não existe necessidade de reforma agrária", ironizou o relator.

Mas tentando convencer os constituintes de que a reforma agrária não ameaça o capitalismo, Dante de Oliveira citou a realizada por Abraham Lincoln com módulos de 60 acres no oeste americano que não impediu o país de se tornar a maior potência capitalista do mundo, apesar da matança dos índios lembrada por Rosa Prata (PMDB/MG) ao condenar a desapropriação de terras que a política nacional de reforma agrária determina.

Democracia

E apesar das tensões que marcaram a reunião de ontem da Sub-



Ministro lembra Abraão Lincoln

comissão, Dante de Oliveira insistiu através do programa básico de sugestões que levou aos constituintes que "a reforma agrária é uma questão imperativa da democracia e do desenvolvimento econômico e social", lembrando aos presentes a sua condição de parlamentar eleito pelo povo.

Entre os pontos básicos que defendeu em consonância com os anseios dos constituintes mais progressistas e também dos mais radicais representados pelo PDT e PT destacam-se os seguintes: desapropriação com indenização a título da dívida agrária resgatada em 20 anos tendo como parâmetro o efeito da declaração do valor para pagamento do imposto rural; criação de justiça agrária com automática emissão de posse; garantia de recursos de parte da receita tributária para viabilizar a reforma agrária e, finalmente, política agrícola para prover a pequena propriedade rural com recursos e assistência técnica.

Para Dante de Oliveira, a nova Constituição deverá assegurar o princípio segundo o qual, ao direito de propriedade da terra corresponda uma obrigação social. Assim — prosseguiu — a propriedade cumprirá a sua função integral garantindo nível adequado de vida àqueles que nela trabalham; níveis satisfatórios de produtividade; conservando os recursos naturais; observando as condições legais que regulam as relações de trabalho e produção; não excedendo à dimensão admitida — que deverá ser fixada por módulos e atendendo ao princípio da justiça social e do interesse nacional.